



thelenacrad@hotmail.com

Impresso: quinta-feira, 21 de junho de 2007 18:49:27

De: Carlos Nambu <carlosnambu@terra.com.br>
Responder para: Fórum DCA Sé <forumse@grupos.com.br>
Enviado: sexta-feira, 15 de junho de 2007 12:39:42
Para: forumse@grupos.com.br
Assunto: [forumse] En:Rapidim 7

 Anexo: image5.gif (0.01 MB)

----- Cabeçalho original -----

De: "carlosnambu" carlosnambu@terra.com.br
Para: "carlosnambu" carlosnambu@terra.com.br
Cópia:
Data: Thu, 14 Jun 2007 12:21:30 -0300
Assunto: Rapidim 7

De: forumdcaestadual@googlegroups.com

Para: forumdcaestadual@googlegroups.com,
comitecontracriminalizacaodecriancaeadolescente@googlegroups.com, "Comitê contra a criminalização de adolescentes" comitecontraacriminalizacao@gmail.com, seminariocampanha@yahoo.com.br

Cópia:

Data: Thu, 31 May 2007 16:45:33 -0300

Assunto: Rapidim 7

Regulamentação do Fundeb vai à sanção presidencial

A Câmara aprovou nesta quarta-feira (30) o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 07/2007, originário Provisória (MP) 339/06, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). A regulamentação segue agora à sanção presidencial para entrar em vigor.

A votação seguiu o parecer da relatora, deputada Fátima Bezerra (PT-RN). Foi rejeitado destaque e derrubar emenda do Senado que liberou a trava ao conveniamento de instituições de educação infantil público. O texto modificado pelo Senado permite que sejam investidos recursos do fundo em convênios estabelecidos com novas instituições.

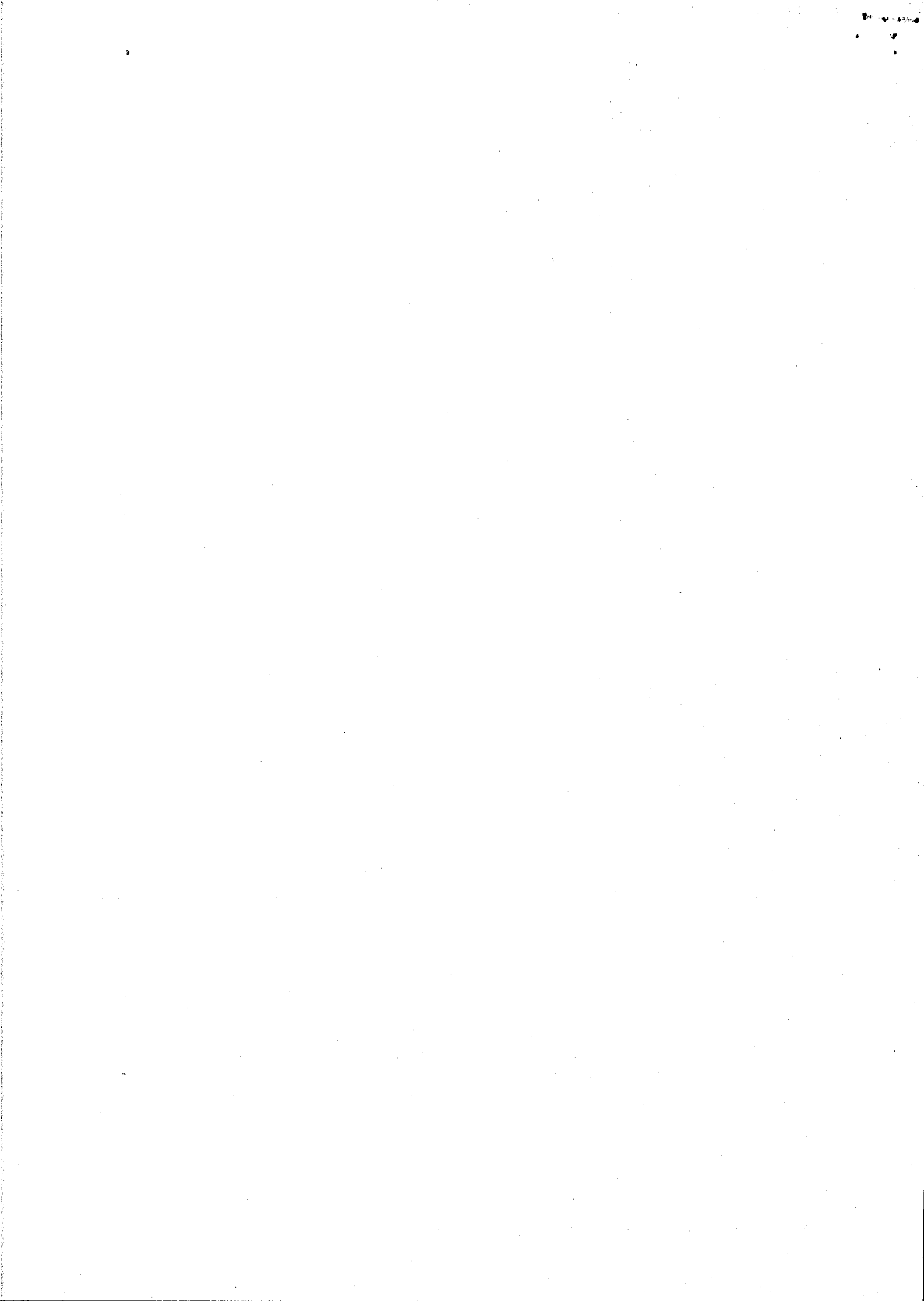
Durante a votação, a deputada Maria do Rosário (PT-RS) saudou os integrantes do movimento "Fundeb" que acompanhavam a sessão, lembrando que a atuação da sociedade civil organizada foi fundamental para as conquistas obtidas durante a tramitação da matéria. O Fórum Nacional DCA é integrante do "Fundeb" movimento divulgou nota à sociedade, sob o título "Fundeb: trabalho de todos, vitória do Brasil".

"Hoje vamos comemorar a incidência inédita da sociedade civil sobre uma Emenda Constitucional e a Provisória. Fechamos com vitória todo o ciclo de tramitação parlamentar do Fundeb. A partir de agora iniciaremos um intenso processo de controle social e fiscalização sobre os recursos do novo Fundeb. Não deixaremos que ocorram os mesmos erros que aconteceram com o Fundeb: desvios de recursos e dívidas com a Educação brasileira não serão mais declarados. Daniel Cara, coordenador geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que coordena o "Fundeb pra valer!".

Senado e Câmara debatem maioria penal

Comissões permanentes da Câmara Federal e do Senado voltaram a debater nesta semana a questão da maioria penal. Nas duas esferas, o que se observou foi uma grande divisão entre os parlamentares. A matéria de obter um consenso em ambas as casas legislativas.

A Comissão de Direitos Humanos e Direitos Participativos do Senado promoveu audiência pública na quarta-feira (30) para tratar do tema. "É impossível minimizar o medo social e assegurar a paz por um adolescente autor de ato infracional como bode expiatório", opinou a psicóloga Maria de Lourdes Teixeira, membro do conselho consultivo da Fundação Abrinq, durante a audiência.



Participaram da reunião os atores do filme Querô, Eduardo Bezerra da Silva e Nildo Ferreira da Silva da produção cinematográfica, Carlos Cortez e a coordenadora nacional da Pastoral da Criança, Zilda. A audiência pública reuniu ainda o ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo de Faria, o presidente da Comissão Municipal de Direitos Humanos de São Paulo, José Gregori; o representante das Nações Unidas para Infância (Unicef), Mário Volpi; o promotor de justiça Tito Amaral e os pais de João Hélio (vítima de um crime que chocou o país no início do ano), Elson Lopes Vieites e Rosa Cristina.

Entre os convidados, apenas Tito Amaral e os pais de João Hélio defenderam a redução da maioridade penal. Os pais de João Hélio defenderam também mais investimentos em saúde, educação e segurança pública. Um dos senadores que se pronunciaram na audiência, apenas um, Magno Malta (PR-ES), defendeu a PEC 20/99, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que reduz a maioridade penal de 18 para 16 anos.

Diferenças - Os participantes do debate sobre maioridade penal promovido na terça-feira (29) pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara concluíram que esse será um dos temas de maior votação na Casa, por causa das amplas diferenças de pensamento na sociedade. A audiência pública foi realizada em conjunto com autoridades, com entidades e com Elson Lopes Vieites, pai do menino João Hélio.

Praticamente todos os adversários da redução argumentaram que o aumento da criminalidade de menores é decorrente da ausência de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e moradia para dar alternativas e igualdade de oportunidades aos jovens. "A fome, a desagregação familiar e a exclusão são os fatores de crescer em violência", disse o secretário-executivo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Carlos Motta.

Segundo o deputado Vicentinho Alves (PR-TO), o tema é tão polêmico que nem mesmo ele e o deputado Paulo Portela (PR-MG), que solicitaram a audiência, concordam. Para Alves, as falhas na presença do estado são flagrantes. Ele afirmou que, de acordo com dados do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), mil jovens em regime de internação no país entre 16 e 18 anos, 63% não são brancos; 51% não frequentam a escola; 90% não completaram o ensino fundamental; e 85% são usuários de drogas. "Punir esses jovens colocando-os na cadeia é punir duas vezes", disse.

Fórum promove qualificação em orçamento público para fóruns estaduais

Cerca de 70 representantes de Fóruns DCAs estaduais participam de 12 a 14 de junho do primeiro módulo do Seminário de Qualificação em Orçamento Público. O objetivo da qualificação é fortalecer a capacidade de intervenção da sociedade civil no processo de elaboração dos orçamentos públicos.

O seminário terá ainda um segundo e último módulo que deverá acontecer em agosto. O conteúdo do curso será apresentado pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Quase 100 militantes que atuam nas organizações filiadas ao Fórum Nacional DCA já receberam a formação.

O "Seminário de Qualificação em Orçamento Público" é uma realização do Fórum Nacional DCA, em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda)/Secretaria Especial dos Direitos Humanos e apoio do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (IBISS), Marista, Fundação Fé e Alegria, Kindernothilfe, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Hospitalidade (Contratuh), Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas (Fenatibref) e Aldeias Infantis SOS.

Dossiê mostra impunidade de exploradores

O lançamento de um dossiê sobre casos emblemáticos de exploração sexual de crianças e adolescentes em destaque das atividades que marcaram o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Três anos depois da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso Nacional investigar o problema, a maioria dos casos ainda está sem solução.

Esta é a conclusão do dossiê "Quando a vítima é a criança e o adolescente: combater a impunidade e garantir a proteção", divulgado pela Frente Parlamentar Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual.

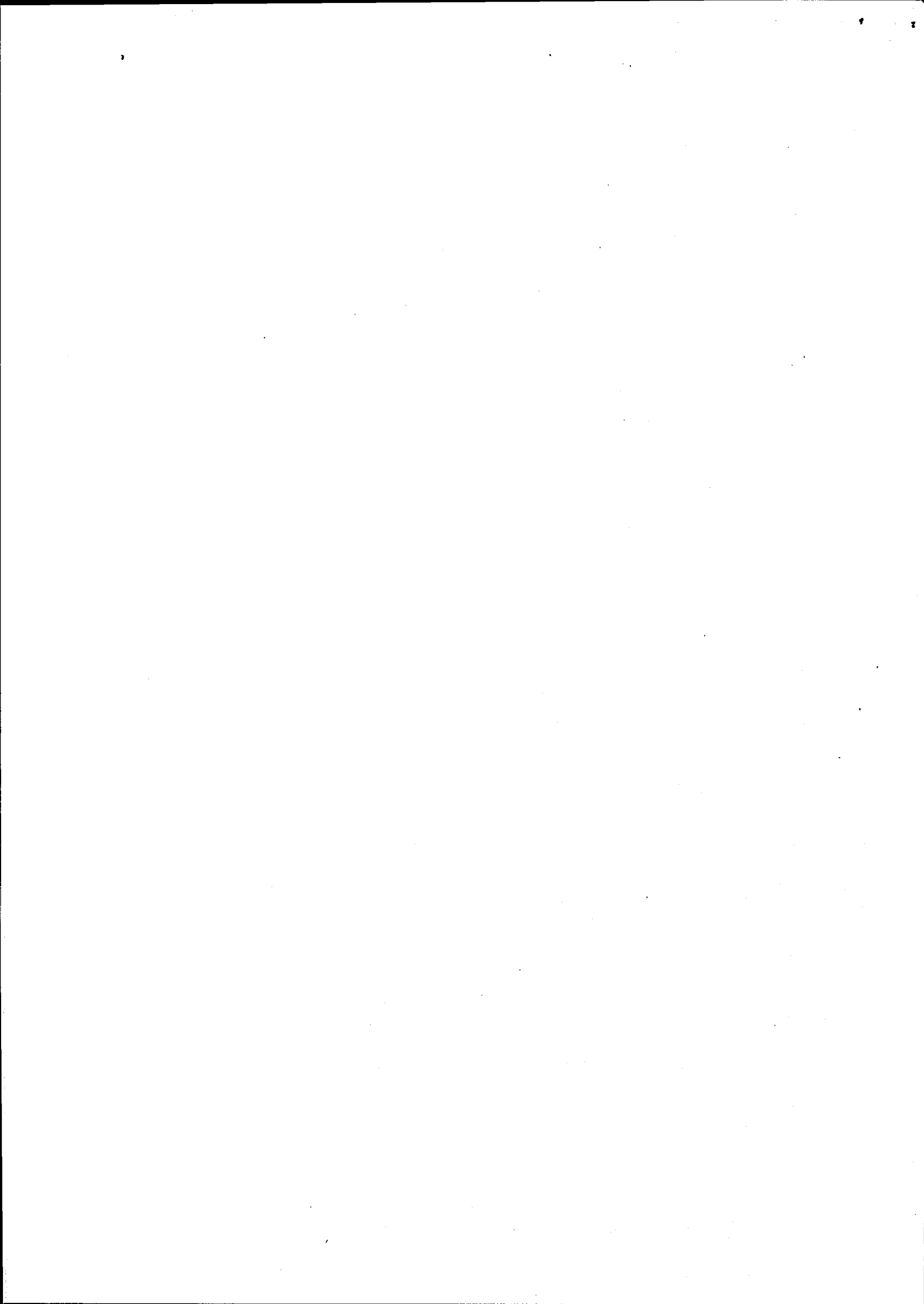
O documento teve como objetivo analisar a resposta dada pelo Estado brasileiro na responsabilização dos envolvidos em crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes e na proteção das vítimas e na situação dos 80 casos mais graves levantados pela CPMI. Destes, 55 tiveram inquéritos e processos abertos, mas em apenas 18 deles foi possível traçar um diagnóstico preciso de seus desdobramentos.

Nestes 18 casos, com 29 acusados, somente três foram condenados. E, em apenas sete casos, houve medidas de proteção às vítimas. O dossiê está disponível no site da senadora Patrícia Saboya (www.senadorapatricia.com.br), na seção Publicações.

Paraná deve aprovar até dezembro Plano de Convivência Familiar

As Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente no Paraná, que ocorrem até o fim de junho, estão discutindo a formulação de um Plano Estadual de Convivência Familiar e Comunitária. A aprovação do instrumento até dezembro será realizada a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A elaboração dos planos estaduais é um dos eixos previstos nas Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente, que têm como tema "Concretizar direitos humanos: investimento obrigatório".



Além do plano, os encontros discutem ainda orçamento público para a área e o Sistema Nacional de Socioeducativo (Sinase) .

O abrigo deveria ser apenas a oitava medida de proteção para crianças que não podem ser criadas em família. Mas, na prática, por falta de políticas públicas, muitos meninos e meninas brasileiros são mantidos em instituições sociais, à espera da adoção.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o Conselho da Assistência Social (CNAS) aprovaram, em dezembro de 2006, o Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária. O documento, que deve ser implementado até 2010, estabelece diretrizes que garantem o desenvolvimento das relações no âmbito da família e da comunidade.

CURTAS

Sergipe - O Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sergipe divulgou uma Nota de Repúdio sobre "declarações difamatórias contra os adolescentes da unidade de semiliberdade em processo de transferência para o conjunto Rosa Elze no município de São Cristóvão". Segundo a Nota, o tratamento dado aos adolescentes por alguns parlamentares e profissionais da imprensa de forma equivocada, preconceituosa e perversa, sem nenhum respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), revitimiza os adolescentes que, como todos os cidadãos, têm o direito legal à ressocialização.

Ceará - A Comissão de Defesa do Fórum DCA do Ceará realizou na quarta-feira uma sessão de nivelamento conceitual para execução do Projeto de Monitoramento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo no estado. O encontro discutiu ainda cronograma e planejamento de atividades.

PROGRAMA-SE

12/06/07 - Reunião do Secretariado do Fórum Nacional DCA com representantes da sociedade civil - Brasília (DF) - Informações: (61) 3322- 6444, forumdca@forumdca.org.br.

13 e 14/06/07 - Assembléia ordinária do Conanda - Brasília (DF) - Informações: (61) 3329-

EXPEDIENTE

O Fórum Nacional DCA é um espaço democrático da sociedade civil que tem como missão garantir a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas e da mobilização social, para construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Apio: Fundo Nacional para Infância e Adolescência/Conanda/Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Brasil/Ministério da Educação e Cultura (ABEC/Marista), IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações Sociais e Alegria, Kindernothilfe, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh), Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes e Filantrópicas (Fenatibref) e Aldeias Infantis SOS.

O Rapidim conta com a colaboração da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Infância.

Jornalista Responsável: Luís Cláudio Alves (2434 - DF) - (61) 9982-8367.

Secretariado Nacional

Secretária Nacional: Tiana Sento-Sé (IBISS - Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social); Adjunta: Célia Beticolo (Fundação Fé e Alegria do Brasil); Secretária de Finanças: Jimena Grignani (Fundação de Educação e Cultura - ABEC/Marista); Secretário de Articulação: Jorge Broide (Fundação pelos Direitos da Criança e do Adolescente).

Suplência

Cecilia (Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes) e CGT (Confederação dos Trabalhadores).

Conselho Fiscal

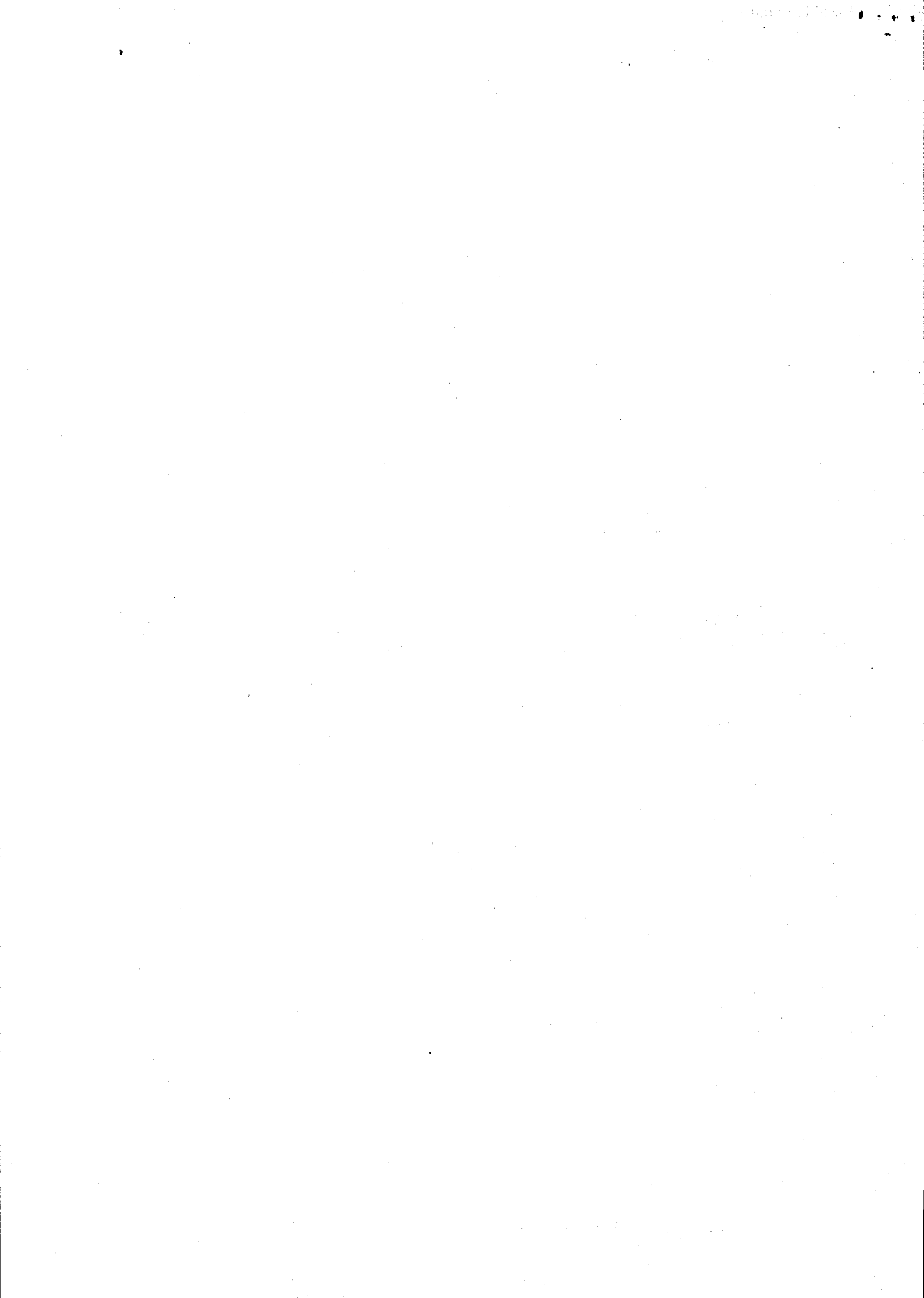
OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), Pastoral do Menor/CNBB e CUT (Central Única dos Trabalhadores); FENATIBREF (Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas); Comunidade Baha'i.

Secretaria Executiva Fórum Nacional DCA

Secretária executiva: Selma Batista - SAS Quadra 05, Bloco N, Lote 01, sala 221 - 70.070-913 - (61) 3322-6444 - forumdca@forumdca.org.br - www.forumdca.org.br.

--
Abraço fraterno,

Giva



Você recebeu esta mensagem porque está inscrito no Grupo "Comunicação do Fórum Estadual de DCA-SI Google.

Para postar neste grupo, envie um e-mail para forumdcaestadual@googlegroups.com

Para cancelar a sua inscrição neste grupo, envie um e-mail para forumdcaestadual-unsubscribe@goc

Para ver mais opções, visite este grupo em <http://groups.google.com/group/forumdcaestadual?hi=pt-BR>

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.

Scan engine: McAfee VirusScan / Atualizado em 31/05/2007 / Versão: 5.1.00/5043

Proteja o seu e-mail Terra: <http://mail.terra.com.br/>

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.

Scan engine: McAfee VirusScan / Atualizado em 08/06/2007 / Versão: 5.1.00/5049

Proteja o seu e-mail Terra: <http://mail.terra.com.br/>

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.

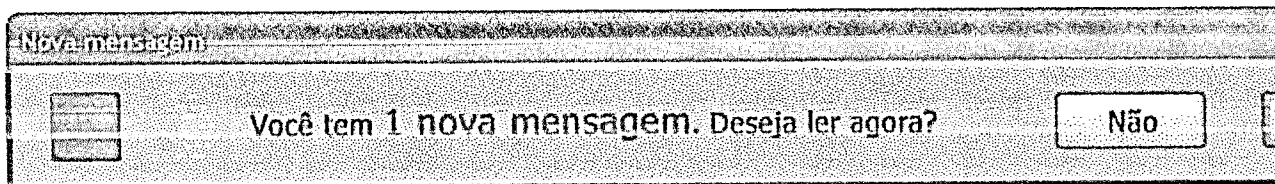
Scan engine: McAfee VirusScan / Atualizado em 11/06/2007 / Versão: 5.1.00/5050

Proteja o seu e-mail Terra: <http://mail.terra.com.br/>

Esta mensagem foi verificada pelo E-mail Protegido Terra.

Scan engine: McAfee VirusScan / Atualizado em 13/06/2007 / Versão: 5.1.00/5052

Proteja o seu e-mail Terra: <http://mail.terra.com.br/>



cancelar assinatura - página do grupo

